

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 32/2022-PGJ, DE 6 DE JULHO DE 2022**

Regulamenta a cumulação de acervo processual ou procedimental, inclusive nos casos de exercício de ofício, função administrativa ou função relevante singular, bem como a respectiva licença compensatória, previstas nos arts. 132-A e 162-A da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições estabelecidas no art. 7º, incisos V e VI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e

CONSIDERANDO a simetria constitucional e a paridade entre as carreiras do Ministério Público e da Magistratura, previstas no art. 129, § 4º, da Constituição da República e a autoaplicabilidade do referido preceito;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.093, de 12 de janeiro de 2015, que institui a gratificação por exercício cumulativo de jurisdição aos membros da Justiça Federal, e a Lei Federal nº 13.095, de 12 de janeiro de 2015, que institui a gratificação por exercício cumulativo de jurisdição aos membros da Justiça do Trabalho;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça, na Recomendação nº 75, de 9 de setembro de 2020, recomendou a regulamentação, pelos tribunais, do direito à compensação por assunção de acervo;

CONSIDERANDO a recomendação emitida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre a necessidade de regulamentação pelos ramos e pelas unidades do Ministério Público do direito à compensação sobre assunção de acervo mediante a fixação de diretrizes e critérios para sua implementação, observados os parâmetros e vedações estabelecidas pelas Leis Federais nº 13.093/2015 e 13.095/2015;

CONSIDERANDO o disposto no art. 132-A da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, que disciplina o direito à compensação mensal, observado o limite máximo de 1/3 (um terço) do respectivo subsídio, para cada 30 (trinta) dias de exercício, a ser pago *pro rata tempore*, aplicável ao membro que cumular acervo processual ou procedimental, inclusive nos casos de exercício de ofício, função administrativa ou relevante singular;

CONSIDERANDO a necessidade de se fixar critérios e requisitos para a compensação decorrente do acúmulo de acervo processual ou procedimental, inclusive nos casos de exercício de ofício, função administrativa ou relevante singular pelos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO ser imperioso conferir tratamento adequado aos membros do Ministério Público que exercem variadas espécies de trabalho extraordinário em molde semelhante ao da regulamentação de outros Ministérios Públicos Estaduais e de Tribunais de Justiça dos Estados e conforme preconizado em recomendação do CNMP,

RESOLVE:

CAPÍTULO I**CONCEITO DE ACÚMULO DE ACERVO PROCESSUAL OU PROCEDIMENTAL**

Art. 1º Esta Resolução regulamenta a cumulação de acervo processual ou procedimental de que trata o art. 132-A da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

Parágrafo único. O acúmulo de acervo processual ou procedimental corresponde aos feitos judiciais recebidos e aos extrajudiciais ou administrativos distribuídos ao membro do Ministério Público que importem em sobrecarga de trabalho, segundo critérios quantitativos ou qualitativos, definidos nesta Resolução.

Art. 2º Considera-se acúmulo de acervo processual ou procedimental a atuação:

I – do membro do Ministério Público em feitos de natureza extrajudicial ou administrativa e/ou recebimento judicial anual superior a 400 (quatrocentos) feitos;



II – em cargo de membro do Ministério Público com atribuição exclusiva nas áreas da tutela coletiva e do Tribunal do Júri e em função administrativa ou relevante singular;

III – exclusiva como:

- a) Procurador-Geral de Justiça;
- b) Procurador-Geral Adjunto de Justiça;
- c) Secretário-Geral do Ministério Público;
- d) Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;
- e) Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça;
- f) Coordenador do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI);
- g) integrante ou Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco);
- h) Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gacep);
- i) Corregedor-Geral do Ministério Público;
- j) Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público;
- k) Assessor Especial da Corregedoria-Geral do Ministério Público;
- l) Assessores de núcleos vinculados aos Centros de Apoio Operacional.

Art. 3º Considera-se função relevante singular, em serviço de natureza especial, com exclusividade, no prazo máximo de 4 (quatro) anos ou no período do exercício do mandato, para os fins desta Resolução o desempenho das seguintes atividades:

I – exercício da função de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ou do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

II – exercício da função de membro auxiliar no CNMP;

III – direção de entidade de classe.

Art. 4º O Procurador-Geral de Justiça poderá reconhecer condição de acúmulo de acervo processual ou procedimental, ou de exercício de ofício, função administrativa ou função relevante singular, em situação diversa daquelas previstas nos artigos anteriores.

CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS

Art. 5º O acúmulo do acervo processual ou procedimental, inclusive nos casos de exercício de ofício, função administrativa ou função relevante singular, será apurado anualmente, a partir de junho, considerando-se o número de feitos que tramitaram no exercício anterior nas respectivas Promotorias de Justiça, Procuradorias de Justiça e órgãos da Administração Superior do Ministério Público.

Parágrafo único. No caso de órgão criado após o período de aferição definido no *caput* deste artigo, a apuração do acervo dar-se-á de forma proporcional e a partir de sua instalação.

Art. 6º A gratificação de acumulação de acervo judicial, extrajudicial ou administrativo, inclusive nos casos de exercício de ofício, função administrativa ou função relevante singular, observará como limite máximo 1/3 (um terço) do respectivo subsídio, para cada 30 (trinta) dias de exercício e será paga *pro rata tempore*.

Parágrafo único. Em nenhum caso será devida mais de uma gratificação de acumulação de acervo judicial, extrajudicial ou administrativo, inclusive nos casos de exercício de ofício, função administrativa ou função relevante singular, a cada período de ocorrência.

Art. 7º A Secretaria de Gestão de Pessoas adotará, até o mês de maio de cada ano, as providências necessárias à apuração anual do acervo de processos e de procedimentos dos órgãos ministeriais, e encaminhará relatório conclusivo ao Procurador-Geral de Justiça, a quem compete o reconhecimento do acúmulo de acervo dos cargos.

Art. 8º São considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais desta Resolução, os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em virtude das situações elencadas no art. 53 da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e no art. 97 da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

Parágrafo único. O período de feriado forense será computado como de efetivo exercício para fins da licença compensatória de que trata esta Resolução.



CAPÍTULO III DA LICENÇA COMPENSATÓRIA E DA POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO

Art. 9º O membro em exercício cumulativo de acervo processual ou procedimental, inclusive nos casos de exercício de ofício, função administrativa ou função relevante singular, fará jus, no máximo, a uma licença compensatória na proporção de 1 (um) dia de licença compensatória para cada 3 (três) dias de exercício.

§ 1º A quantidade de dias de gozo da licença compensatória não poderá ser superior a 10 (dez) dias anuais, salvo por decisão do Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º Uma vez concedida a licença compensatória, não caberá posterior conversão em pecúnia.

Art. 10. Cada dia de licença compensatória convertida em pecúnia equivale a 1 (um) dia do subsídio do respectivo membro, tomando como parâmetro o mês em que ocorrer a acumulação de acervo processual ou procedimental ou exercício de ofício, função administrativa ou função relevante singular.

Art. 11. O percentual e a proporção de compensação previstos nos arts. 6º e 9º desta Resolução serão fixados por ato do Procurador-Geral de Justiça, mediante decisão fundamentada, considerando as condições financeiras e estruturais da instituição.

Art. 12. A indenização pela cumulação de acervo processual e procedimental, bem como a sua conversão, de que tratam esta Resolução, em percentual inferior ao limite máximo ensejarão o registro do saldo remanescente em banco de reserva individual.

Art. 13. A fruição da licença compensatória, sua eventual conversão em pecúnia e os limites de percentuais serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça em ato próprio, a ser processado individualmente, preferencialmente em sistema informatizado.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A licença compensatória e a compensação pela substituição ou exercício cumulativo de ofícios, cargos e funções são cumuláveis entre si e com as vantagens previstas nos arts. 124, 132, 132-B e 135 da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e serão computadas para o cálculo da gratificação natalina e férias.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução deste ato correrão por conta do orçamento do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, observando os atos necessários para os ajustes de sistema e a dotação orçamentária.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 17. Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir da publicação da Lei Complementar Estadual nº 297, de 27 de junho de 2022.

Campo Grande, 6 de julho de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**RESOLUÇÃO Nº 33/2022-PGJ, DE 6 DE JULHO DE 2022**

Regulamenta o exercício de cargo ou função relevante singular, em serviços de natureza especial, previsto no art. 124, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições estabelecidas no art. 7º, incisos V e VI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 124, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Para os fins do art. 124, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ficam reconhecidas a relevância e a singularidade, em serviço de natureza especial, com exclusividade, no prazo máximo de 4 (quatro) anos ou no período do exercício do mandato, das seguintes atividades:

I – exercício da função de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ou do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

II – exercício da função de membro auxiliar no CNMP;

III – direção de entidade de classe.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir da data de publicação da Lei Complementar Estadual nº 297, de 27 de junho de 2022.

Campo Grande, 6 de julho de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 34/2022-PGJ, DE 6 DE JULHO DE 2022

Regulamenta a gratificação por serviços prestados como membro da comissão examinadora ou auxiliar em concurso público realizado pela instituição, previsto nos arts. 113, inciso XIII, e 132-B da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições estabelecidas no art. 7º, incisos V e VI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 113, inciso XIII, e 132-B da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º O membro do Ministério Público que prestar serviços como integrante de comissão examinadora ou auxiliar em concurso público realizado pela instituição fará jus, no máximo, a uma licença compensatória na proporção de 1 (um) dia de licença compensatória para cada 15 (quinze) dias de exercício.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir da data de publicação da Lei Complementar Estadual nº 297, de 27 de junho de 2022.

Campo Grande, 6 de julho de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**RESOLUÇÃO Nº 35/2022-PGJ, DE 6 DE JULHO DE 2022**

Regulamenta a substituição entre membros, dentro ou fora da comarca, ou o exercício cumulativo de cargos, funções, em mais de um órgão de execução ou administração do Ministério Público, bem como a respectiva licença compensatória, previstos nos arts. 132 e 162-A da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições estabelecidas no art. 7º, incisos V e VI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO a simetria constitucional entre as carreiras do Ministério Público e da Magistratura, prevista no art. 129, § 4º, da Constituição da República, e a autoaplicabilidade do referido preceito;

CONSIDERANDO o contido na Lei Federal nº 13.093, de 12 de janeiro de 2015, que dispõe sobre o exercício cumulativo de jurisdição no âmbito da Justiça Federal, e na Lei Federal nº 13.024, de 26 de agosto de 2014, que institui a gratificação por exercício cumulativo de cargos dos membros do Ministério Público da União;

CONSIDERANDO que o art. 4º, inciso I, da Resolução nº 9, de 5 de junho de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), regulamenta que “estão compreendidas no subsídio mensal dos membros do Ministério Público da União e dos Estados e são por este extintas todas as parcelas do regime remuneratório anterior, exceto as decorrentes de diferença de entrada ou substituição ou exercício cumulativo de atribuições”;

CONSIDERANDO que o art. 132 da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 preleciona que “o membro do Ministério Público que, dentro ou fora da comarca, substituir outro ou exercer cumulativamente cargos, funções, em mais de um órgão de execução e/ou administração do Ministério Público, perceberá, mensalmente, indenização”;

CONSIDERANDO que o artigo 162-A, *caput* e parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 estabelece que a licença compensatória poderá ser concedida na hipótese prevista no artigo 132.

CONSIDERANDO a necessidade de instituir um modo mais adequado de recompensar o trabalho adicional advindo da excepcional acumulação de funções por membros do Ministério Público de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO ser imperioso conferir tratamento adequado aos membros do Ministério Público que exercem variadas espécies de trabalho extraordinário em molde semelhante ao da regulamentação de outros Ministérios Públicos Estaduais e de Tribunais de Justiça dos Estados e conforme preconizado em recomendação do CNMP,

RESOLVE:

CAPÍTULO I**SUBSTITUIÇÃO E EXERCÍCIO CUMULATIVO**

Art. 1º Esta resolução regulamenta a substituição entre membros do Ministério Público, dentro ou fora da comarca, na forma de escala aprovada pelo Procurador-Geral de Justiça ou mediante designação deste, e o exercício cumulativo de cargos, funções em mais de um órgão de execução ou administração do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS) de que tratam os arts. 132 e 162-A da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

§ 1º A indenização de que trata este artigo observará como limite máximo 20% (vinte por cento) do respectivo subsídio, vedada a acumulação de indenizações.

§ 2º A indenização será paga mediante prova da respectiva substituição.

§ 3º A licença compensatória poderá ser concedida nas hipóteses de substituição e de exercício cumulativo de cargos, funções, nos termos do art. 162-A da Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

CAPÍTULO II**DA SUBSTITUIÇÃO**

Art. 2º Para os fins desta Resolução, entende-se por substituição entre membros, dentro ou fora da comarca, presencial ou remotamente, sem prejuízo de suas funções, as seguintes hipóteses:



I – atuação simultaneamente em mais de um órgão de execução ou em mais de uma função administrativa, na mesma unidade em que o membro exerce suas atribuições ou em unidade diversa;

II – atuação, mediante designação do Procurador-Geral de Justiça, em audiências, mutirões, sessões plenárias do Tribunal do Júri, forças-tarefas;

III – coadjuvação ou cooperação, mediante designação do membro do Ministério Público pelo Procurador-Geral de Justiça, no exercício de funções em outro cargo, na mesma unidade em que exerce suas atribuições ou em unidade diversa.

Art. 3º A indenização pela substituição poderá ser convertida em licença compensatória mediante requerimento e dependerá de comprovação dos dias efetivamente trabalhados.

Parágrafo único. A comprovação será realizada por meio de documento físico ou eletrônico, especificando os dias do período de substituição, inclusive os finais de semana e feriados.

Art. 4º Não será devida a compensação pela substituição nas seguintes hipóteses:

I - substituição em feitos determinados, assim consideradas as hipóteses legais de impedimento e suspeição;

II - atuação conjunta de membros no mesmo processo quando for da essência do ato;

III - atuação em regime de plantão; e

IV - simples colaboração eventual.

CAPÍTULO III

DO EXERCÍCIO CUMULATIVO DE OFÍCIOS, CARGOS E/OU FUNÇÕES

Art. 5º O exercício cumulativo compreende a acumulação de ofícios, cargos e/ou funções em mais de um órgão de execução ou de administração, sem prejuízo das funções, e ensejará o recebimento da indenização.

Parágrafo único. A atuação como membro no Conselho Superior do Ministério Público ensejará a compensação pelo exercício cumulativo de função.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES EM COMUM

Art. 6º Constatada a substituição ou o exercício cumulativo de ofícios, cargos e/ou funções, em mais de um órgão de execução e/ou administração do Ministério Público, o membro fará jus, no máximo, a uma licença compensatória, na proporção de 1 (um) dia para cada 5 (cinco) dias de substituição, apurados mensalmente.

Parágrafo único. A substituição ou o exercício cumulativo por período inferior a 5 (cinco) dias poderão ser registrados num banco de reserva individual até que se complete a fração necessária para a concessão da licença compensatória.

Art. 7º O gozo da licença compensatória poderá ser requerido em até 10 (dez) dias antes da data do usufruto, com anuência do substituto legal.

Parágrafo único. A quantidade de dias de gozo da licença compensatória não poderá ser superior a 10 (dez) dias anuais, salvo por decisão do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 8º A licença compensatória convertida em pecúnia, de caráter indenizatório, será equivalente a 1 (um) dia do subsídio, tomando como parâmetro o mês em que ocorrer a efetiva substituição ou exercício cumulativo de ofícios, cargos e/ou funções em mais de um órgão de execução ou administração do Ministério Público.

Parágrafo único. No caso da substituição e do exercício cumulativo de ofícios, cargos e/ou funções, a conversão dependerá do requerimento de que trata o art. 3º desta Resolução, excetuado o exercício do mandato de membro do Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 9º Será devida apenas uma compensação para cada período de ocorrência, ainda que o membro acumule, a um só tempo, diversas substituições, ofícios, cargos e/ou funções em mais de um órgão de execução ou de administração do Ministério Público.



CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. O Procurador-Geral de Justiça poderá, justificadamente, em decisão administrativa, reconhecer condição de substituição ou de exercício cumulativo de cargos, cargos e/ou funções em mais de um órgão de execução ou administração.

Art. 11. O percentual e a proporção de compensação previstos no § 1º do art. 1º e no art. 6º desta Resolução serão fixados por ato do Procurador-Geral de Justiça, mediante decisão fundamentada, considerando as condições financeiras e estruturais da instituição.

Art. 12. A indenização pelo exercício cumulativo e a conversão da licença compensatória, previstas nesta Resolução, em percentual inferior ao limite máximo ensejarão o registro do saldo remanescente em banco de reserva individual.

Art. 13. A fruição da licença compensatória, sua eventual conversão em pecúnia e limites percentuais serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça em ato próprio, a ser processado individualmente, preferencialmente em sistema informatizado.

Art. 14. A licença compensatória pela cumulação de acervo e a compensação pela substituição ou pelo exercício cumulativo de cargos, cargos e/ou funções são cumuláveis entre si e com as vantagens previstas nos arts. 124, 132, 132-B e 135 da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e serão computadas para o cálculo da gratificação natalina e férias.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução deste ato correrão por conta do orçamento do MPMS, observando os atos necessários para os ajustes de sistema e a dotação orçamentária.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 17. Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir da data de publicação da Lei Complementar Estadual nº 297, de 27 de junho de 2022.

Campo Grande, 6 de julho de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3361/2022-PGJ, DE 6.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 9ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Emy Louise Souza de Almeida Albertini, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara de Família e Sucessões da referida Comarca no dia 12.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3362/2022-PGJ, DE 6.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 43º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Eduardo Lemos de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência da 14ª Vara Cível da referida Comarca referente aos autos nº 0828669-22.2020.8.12.0001, no dia 13.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3363/2022-PGJ, DE 6.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Fátima do Sul, Rodrigo Cintra Franco, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Glória de Dourados no dia 6.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3092/2022-PGJ, DE 24.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça José Maurício de Albuquerque, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 11.7 a 9.8.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005228-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3365/2022-PGJ, DE 6.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 46º Promotor de Justiça de Campo Grande, Paulo Henrique Camargo Iunes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da Vara da Infância e da Adolescência da referida Comarca nos dias 13 e 14.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3369/2022-PGJ, DE 6.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando a Resolução nº 14/2019-CPJ, de 2 de dezembro de 2019, que instituiu o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do MPMS,

R E S O L V E :

Designar o 25º Promotor de Justiça de Campo Grande, Antonio André David Medeiros, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Chefe de Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público, a partir de 4.7.2022, até ulterior deliberação, nos termos do § 3º do artigo 1º do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-748/2022-PGJ, DE 21.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Francisco Neves Junior, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3370/2022-PGJ, DE 6.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Substituto Guilherme Pereira Diniz Penna 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 18 e 19.7.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3328/2022-PGJ, DE 5.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Promover, por merecimento, o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes, símbolo MP-22, para a 1ª Promotoria de Justiça de Iguatemi, Segunda Entrância, símbolo MP-23, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e autorizar que sua promoção se efetive na Promotoria de Justiça de Eldorado (PGA nº 09.2022.00005507-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3329/2022-PGJ, DE 5.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Promover, por antiguidade, o Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva, símbolo MP-22, para a 1ª Promotoria de Justiça de Cassilândia, Segunda Entrância, símbolo MP-23, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e autorizar que sua promoção se efetive na Promotoria de Justiça de Brasilândia (PGA nº 02.2022.00005509-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3095/2022-PGJ, DE 24.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 11 a 20.7.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005278-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3372/2022-PGJ, DE 6.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Letícia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 7.7.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3242/2022-PGJ, DE 30.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 35ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Christiane de Alencar, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 75ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 20 e 21.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-749/2022-PGJ, DE 21.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	25.7 a 3.8.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3373/2022-PGJ, DE 6.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco 2 (dois) dias de compensação nos dias 14 e 15.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 2.2.2020 e no período de 22 a 26.2.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3375/2022-PGJ, DE 7.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra 5 (cinco) dias de férias remanescentes no período de 20 a 24.6.2022, referentes aos períodos aquisitivos 2017/2018 e 2019/2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3376/2022-PGJ, DE 7.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, a partir de 22.6.2022, as férias remanescentes da Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra, concedidas por meio da Portaria nº 3375/2022-PGJ, de 7.7.2022, em razão de licença para tratamento de saúde.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3093/2022-PGJ, DE 24.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Antenor Ferreira de Rezende Neto, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 22.7 a 10.8.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005267-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3377/2022-PGJ, DE 7.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa para, sem prejuízo de suas funções, participar de visita institucional ao Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica, COMPOR, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, MPMG, nos dias 18 e 19.7.2022, em Belo Horizonte/MG.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-750/2022/PJ, DE 21.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
1994/1995	10	16 a 25.11.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3378/2022-PGJ, DE 7.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadniky 2 (dois) dias de compensação nos dias 11 e 12.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 25 e 26.9.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3379/2022-PGJ, DE 7.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 59º Promotor de Justiça de Campo Grande, Eduardo Franco Cândia, para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências na 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da referida Comarca, em regime de mutirão, no dia 5.7.2022, nos termos da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3380/2022-PGJ, DE 7.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 14 e 15.7.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2018 a 6.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3097/2022-PGJ, DE 24.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 11 a 30.7.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005317-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3381/2022-PGJ, DE 7.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior 5 (cinco) dias de compensação no período de 18 a 22.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 21.1.2018 e no período de 10 a 14.2.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-751/2022/PGJ, DE 21.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Pellegrino Vieira, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2018/2019	10	15 a 24.6.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3389/2022-PGJ, DE 7.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o 43º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Eduardo Lemos de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, participar de reunião da Comissão Permanente de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, CNPG, nos dias 8 e 9.9.2022, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Paraíba.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-752/2022/PGJ, DE 21.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3096/2022-PGJ, DE 24.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 11.7 a 9.8.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005315-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-819/2022 - PGJ, DE 7.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca 4 (quatro) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 5 a 8.7.2022, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-753/2022/PGJ, DE 21.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Martins Zaupa, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009- PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2020/2021	11	4 a 14.7.2022	GOZO	SIM
2021/2022	15	15 a 29.7.2022	GOZO	SIM
2021/2022	9	8 a 16.12.2022	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3357/2022-PGJ, DE 6.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 35/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Requisitante – Sandra de Campos, Auxiliar; 3.1) Suplente – Ariani Mortari Busaneli Vilharba, Técnica I (PGA nº 09.2022.00003042-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3367/2022-PGJ, DE 6.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 90/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico/Requisitante – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura (PGA nº 09.2022.00005345-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3368/2022-PGJ, DE 6.7.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 94/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico/Requisitante – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura (PGA nº 09.2022.00005230-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 3310/2022-PGJ, DE 5.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Flavio Lopes, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 3ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 23.5 a 10.6.2022 e nos dias 14 e 15.6.2022, em razão de férias e licença compensatória referente a feriado forense da servidora Luciana Rodrigues Mandu, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3324/2022-PGJ, DE 5.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Felipe Ferrari Marcolin, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Costa Rica, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 22 a 29.7.2022, em razão de férias da servidora Juscélia Melo Lemos, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3325/2022-PGJ, DE 5.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Diogo Fellippe da Silva Maluf Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Rio Brilhante, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça de Coxim, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 30.6.2022, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3353/2022-PGJ, DE 6.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Fernando da Costa Rocha, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 66ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 6 a 15.7.2022, em razão de férias da servidora Arielle Silva Steiner, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3354/2022-PGJ, DE 6.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Suzana Costa Val Gomide Baroli, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento Auxiliar dos Órgãos Superiores no período de 4 a 13.7.2022, em razão de férias da titular, Claudia Cintra Pereira Neves Regasso.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3355/2022-PGJ, DE 6.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Daniele Aparecida Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 13ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca no período de 30.6 a 1º.7.2022, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Juliana Bellé Toniazio Manfio, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3364/2022-PGJ, DE 6.7.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Roberson Rosalin de Freitas, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Amambai, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª e 3ª Promotorias de Justiça da referida Comarca no período de 11 a 20.7.2022, em razão de férias da servidora Claudete Ferreira Rodrigues de Sá.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**PAUTA DA 13ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 18 DE JULHO DE 2022.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002538-4.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000106-2.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002881-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006818-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003454-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004295-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000218-0.

4. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001186-3.



1.2. Análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

1.2.1. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2016.00005646-6:

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2016.00000229-3.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000104-3.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000337-5.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2017.00000365-2.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000455-5.

67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001910-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002974-6.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000238-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000038-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000264-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000396-0.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001049-4.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001208-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001739-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000253-9.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000254-0.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000289-4.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000454-8.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001633-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000926-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001006-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001322-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000235-4.

**Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000276-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000282-1.

30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000153-7.

43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000188-1.

1.2.2. CONSELHEIRO AROLDO JOSÉ DE LIMA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00005651-1:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001691-4.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001838-6.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003020-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003309-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000460-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001109-3.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001796-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001836-4.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000068-5.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000078-5.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000778-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000249-4.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000594-7.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000674-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000709-0.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001309-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001191-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001389-1.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000145-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000239-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000246-5.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000247-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000259-8.

1.2.3. CONSELHEIRO GERARDO ERBERTO DE MORAIS:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00005652-2:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2016.00000823-2.

Inquérito Civil nº 06.2016.00000855-4.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000045-2.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2017.00000471-8.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001378-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001609-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000514-3.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000902-8.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001636-2.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000595-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000759-6.

4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001250-0.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001145-0.

67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001962-6.

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000324-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000555-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001390-3.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001025-0.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001388-0.

7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000612-4.

**Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00001007-2.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001241-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000068-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000110-0.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000148-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000150-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001241-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000234-3.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000240-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000279-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001533-8.

1.2.4. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00005653-3:****16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2015.00000332-2.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001230-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000164-7.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000541-4.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000511-4.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000655-7.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000438-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002727-0.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000299-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2018.00003434-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000578-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001684-4.

**42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000021-9.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000070-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000240-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000717-8.

4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000978-7.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000177-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001075-0.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001317-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001268-1.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001269-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000030-1.

30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001432-8.

49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000167-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000548-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000697-9.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001331-8**

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no processo de vacinação contra a COVID-19 de profissionais de saúde no Município de Campo Grande.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000974-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista



Assunto: Apurar suposto favorecimento à “Empresa Sócrates Ricalde Gonçalves ME”, em Licitação da Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS - Originalmente apurados nos autos do IC 37/2015.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000224-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Brasilândia

Requerente: Associação de pequenos Produtores Rurais do Reassentamento Pedra Bonita

Requerido: Hamilton José de Oliveira

Assunto: Apurar eventual instalação irregular de granja para a criação de suínos no Lote A-14 do Reassentamento "Pedra Bonita".

4. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00003463-9

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Recorrente: Fernanda Amorim Almeida Oliveira

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Requerimento formulado por Fernanda Amorim Almeida Oliveira e outros, pugnando por informações acerca da obrigatoriedade da vacina contra COVID -19, dentre outros questionamentos relacionados ao assunto.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001153-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Udilson Marim Pucheta, Fazenda São Sebastião

Assunto: Apuração de desmatamento possivelmente ilegal de 39,86 hectares de vegetação nativa, desmatamento ocorrido na "Fazenda São Sebastião", em Bela Vista/MS, detectados pelo "Parecer Nugeo" nº 289/19.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001558-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: AGROPECUÁRIA RIO DA PRATA LTDA - FILIAL

Assunto: Apuração de irregularidades ambientais em algumas cachoeiras do Rio Mimoso, consistentes nas aberturas de inúmeros e variados canais nas tufas calcárias, visando ao aumento do fluxo de água de tal recurso hídrico.

2.1.2. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000229-3

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Aral Moreira

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Residencial Bairro IPÊ.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000282-7

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Kamel Saad.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000293-8

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Ponta Porã, Helena Hernandez Derzi, Heloisa Hernandez Derzi, Neyde Hernandez Derzi, Miguel Hernandez Derzi e Thelma Derzi Siker

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Residencial Jamil Saldanha Derzi.

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001085-7**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Vila Ferroviária III, localizado em Ponta Porã.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003156-3

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Ponta Porã e Deltaville SPE06 Empreendimentos Imobiliários LTDA

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental do empreendimento denominado DELTAPARK, localizado em Ponta Porã/MS.

Procurador do Município Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558, Advogados: Ana Paula Ascoli, OAB/BA nº 27.284 e João Batista Sandri, OAB/MS nº 12.300.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000506-5

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual venda irregular de vacina do tipo H1N1, na rede privada de farmácias, no Município de Bela Vista/MS originalmente apurados nos autos do IC nº 30/2016.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00000308-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Deodápolis

Assunto: Apurar eventual majoração dos subsídios de agentes públicos da Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS sem respeito ao princípio da anterioridade, nos anos de 2013 a 2014.

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00001395-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Rosa Cavalieli Assumpção

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ambientais na “Fazenda Santa Rosa”, consistentes em pequenas frações de áreas de preservação permanente com a vegetação nativa descaracterizada e uma pequena fração consistente em aproximadamente 2,68 há em área demarcada como reserva legal, além de vegetação nativa descaracterizada.

9. Inquérito Civil nº 06.2021.00000176-6

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Selvíria

Assunto: Apurar eventuais dificuldades do Município de Selvíria-MS em instalar e dar operatividade aos aparelhos respiradores do Centro de Especialidades Médicas CEM.

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00000794-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Tatsuo Hayoshi

Assunto: Parecer nº 609/19/NUGEO Programa DNA Ambiental (2016-2017) e Informação Técnica nº 3/2020-NUIN-MS/DITEC-MS/SUPES-MS: apurar a regularidade da supressão de 347,64 hectares de vegetação nativa, no período de 11/11/2015 a 24/10/2016, fora dos polígonos autorizados na AA nº 032/2015, no interior do imóvel rural “Fazenda Piracicaba” (CARMS0012063), pertencente a Tatsuo Hayoshi (CPF nº 608.895.008-00), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

**11. Inquérito Civil nº 06.2021.00001428-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ivo Jardim de Carvalho

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do desmatamento de 1,16 ha, ocorrido na Fazenda Vale do Buriti, situada em Coxim-MS, sem licença da autoridade competente, conforme Parecer n. 26/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2020).

12. Inquérito Civil nº 06.2022.00000111-5 – SIGILOS

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

13. Inquérito Civil nº 06.2022.00000222-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Osvaldo Gomes Monteiro Primo e Edna Silva Portilho Monteiro

Assunto: Apurar desmatamento de 1,97 hectares de remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Córrego Boa Harmonia e Lotes “Boa Sentença” e “Boa Harmonia”, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 383/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

14. Inquérito Civil nº 06.2022.00000298-0 – SIGILOS

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Advogados: Lucas Lemos Navarros, OAB/MS nº 12.914 e Alexander Luz Brito Junior, OAB/MS nº 23.448 (Fábio Trad Advogados Associados).

2.1.3. RELATORA-CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002066-6**

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João

Assunto: Apurar o funcionamento dos estabelecimentos que comercializem carne a fim de certificar a origem do produto e as condições sanitárias do local considerando o alto número de ocorrência de abiegateo na região.

Procurador do Município: Rodrigo Fabian Fernandes de Campos, OAB/MS nº 12.640.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001555-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Emílio Cezar Ferreira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 6.300m² de vegetação nativa em área de Savana (cerrado) Arborizada – Sem Floresta de Galeria, denominado ID 682 no arquivo digital, na propriedade rural Fazenda Cascata, inscrita sob n. CARMS0014350 no Município de Água Clara/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 455/19/NUGEO - Programa DNA Ambiental 2016-2017.

Advogado: Ewerton Zeydir Gonzalez, OAB/SP nº 112.680.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000928-7 – SIGILOS

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Fátima do Sul

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000485-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rogério de Medeiros, Graziela Bellan Alves, Rafaela Bellan e Agropecuária Madre de Dios Ltda.

Assunto: Apurar desmatamento de 17,26 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Pedra Branca, em Bodoquena, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 322/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000285-0**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Vila Rodoviária II

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000092-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar possíveis contratações temporárias de profissionais enfermeiros, em detrimento dos candidatos aprovados em concurso público.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000264-7

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Hospital Municipal de Ivinhema e Município de Ivinhema

Assunto: Apurar a falta ou insuficiência de medicamentos para a realização de cirurgias e internações no âmbito do Hospital Municipal de Ivinhema.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000175-5 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Ponta Porã

2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO AROLDJO JOSÉ DE LIMA:**1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000283-4**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerentes: Ministério Público Estadual e Edson Alves do Bonfim

Requerido: Município de Dourados-MS

Assunto: Apurar eventual ilícito ambiental consistente em mau cheiro expedido do córrego Rego D'água, em Dourados-MS, em razão de despejo de esgoto sanitário a céu aberto, ocasionando incômodo a população.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000633-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Francisco Emanuel Albuquerque Costa, Secretário de Educação de Bela Vista e Secretário de Administração do Município de Bela Vista

Assunto: Apurar prática de improbidade administrativa dos Secretários de Educação e de Administração, bem como do Prefeito de Bela Vista na gestão de Francisco Emanuel Albuquerque Costa (Chico Maia), em razão do dano ao erário consistente no abandono e depredação de prédio público, CEIM Irmã Angelina, localizado na Rua Pedro Ferreira de Alencastro.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000945-0

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Sidrolândia

Assunto: Apurar a existência de irregularidades no pagamento da verba de gratificação de representação, prevista no artigo 182, da LC nº 126/2018.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001162-3

11ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Contexto Dourados Publicidade Ltda-ME, Editora Almanaque Dourados Ltda-ME, Romavi Lopes de Mendonça Eireli-ME, Maria J. Da Silva-ME e Primeira Linha Acabamentos Ltda.



Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual irregularidade na utilização do espaço público com a instalação de outdoors na Rua Albino Torraca, nas imediações da Usina Velha, em Dourados-MS. (objeto originário do Inquérito Civil 23/2014/PJDHU).

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001027-2 – SIGILOSO

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001359-8 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Advogados: Leonardo Saad Costa, OAB/MS nº 9.717, Rafael Medeiros Duarte, OAB/MS nº 13.038, Lucas Medeiros Duarte, OAB/MS nº 18.353 e Paulo Henrique de Almeida Amorim, OAB/MS nº 20.027 (SAAD & DUARTE Advocacia e Consultoria Jurídica).

7. Inquérito Civil 06.2019.00001005-0

4ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar se há superlotação das salas de aulas das Escolas Estaduais do Município de Três Lagoas.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001765-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Roney Pereira Perrupato

Assunto: Apurar eventual dano ambiental cometido, em tese, por Roney Pereira Perrupato, consistente na supressão vegetal irregular, sem licença do órgão ambiental competente, na Fazenda Nossa Senhora da Aparecida.

9. Inquérito Civil nº 06.2021.00000920-3

43ª Promotoria de Justiça da Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Águas Guararoba S.A.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no serviço público de fornecimento de água tratada aos consumidores residentes no bairro Jardim São Conrado, consistentes na intermitência da prestação do serviço e na baixa qualidade da água fornecida.

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00000491-2

43ª Promotoria de Justiça da Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Metro Park Administração Ltda.

Assunto: Apurar possível lesão a direitos coletivos (lato sensu) dos consumidores em razão de a pessoa jurídica Metro Park Administração Ltda. promover a retenção de créditos, gerados com o pagamento antecipado de tarifa pelo serviço de estacionamento rotativo, com a não devolução de valores aos consumidores que almejam imediato reembolso, de modo a violar o art. 39, V, CDC.

11. Inquérito Civil nº 06.2021.00001382-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São Marcos e Nelson Antunes de Souza

Assunto: Apurar existência de eventual degradação ambiental e/ou regularidade ambiental do imóvel rural denominado Fazenda São Marcos. (Operação Terra Lavada).

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:

1. Inquérito Civil: 06.2017.00000823-6 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

**2. Inquérito Civil: 06.2018.00002978-0**

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Ponta Porã e Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN

Assunto: Apurar notícia de eventual falta de adequação às normas do SUS na Unidade Prisional Feminina de Ponta Porã/MS - IC nº 74/2012

Procurador do Município Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.

3. Inquérito Civil: 06.2020.00000195-1 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sonora

Advogado: Luiz Eduardo Ferreira da Silva, OAB/MS nº 21.107.

4. Inquérito Civil: 06.2020.00001044-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - PGJ

Requerida: Estância Portal de Miranda Agropecuária LTDA

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 17,80 hectares de vegetação nativa em áreas de Savana arborizada sem floresta-de-galeria, Savana Florestada e Áreas antrópicas – Pecuária – Pastagem plantada na região de Savana, na Estância Portal do Miranda, no município de Miranda/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer 61/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2019).

5. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00003874-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Recorrente: Priscilla Araújo de Freitas Santos

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Concurso Público realizado no Município de Jateí/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00002370-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Werner Emil Kudiess e Dulcimar Cofferi

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Mutum, de propriedade de Werner Emil Kudiess, consistente na supressão de 35 hectares de vegetação sem a devida autorização dos órgãos ambientais.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000502-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de eventual contratação de empresa “fantasma”, para locação de escavadeira hidráulica, pelo Município de Bela Vista/MS – Originalmente apurados nos autos do IC 29/2016.

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00000233-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar possível ato de Improbidade Administrativa consistente na subtração de diversas peças do veículo Toyota Hilux, Placas AUX-4327, apreendido nos autos do processo n. 0025744-33.2013.8.12.0001 sob a tutela da Primeira Delegacia de Polícia Civil de Ponta Porã.

9. Inquérito Civil nº 06.2020.00001265-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: CAOMA

Requeridos: Danilo Kudiess e Jaqueline Kudiess

Assunto: Apurar o desmatamento de 1,88 hectares de desmatamento de vegetação nativa possivelmente ilegal, sendo que 1,05 ha incidem em área remanescente de Mata Atlântica (savana florestada + arborizada), na Fazenda São Pedro, em Maracaju, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n.354/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**10. Inquérito Civil nº 06.2021.00001523-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ademir José Comparim

Assunto: Apurar a irregularidade jurídico-ambiental da supressão de 5,89 ha de vegetação nativa sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Laudo Técnico nº 157/21/NUGEO, ocorrida na fazenda Varjão Alegre e Estância Juracy (CAR/MS nº 0072526), em Anastácio/MS.

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000017-1**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de contratações realizadas pelo Município de Nova Alvorada do Sul/MS em desacordo com os ditames legais, especialmente mediante contratação verbal e informal.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000289-3

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Flamboyant Residencial Park.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000297-1

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Vila São Vicente de Paula.

Procurador do Município Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000398-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Cláuber José da Silva e Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventual poluição sonora provocada pela serralheria localizada na Rua Antônio João, nº 25, Camapuã.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000902-8

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Câmara Municipal de Bela Vista/MS

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na utilização das verbas repassadas para a Câmara Municipal de Bela Vista/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000297-1

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Vila São Vicente de Paula.

Procurador do Município Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00000398-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul



Requeridos: Cláuber José da Silva e Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventual poluição sonora provocada pela serralheria localizada na Rua Antônio João, nº 25, Camapuã.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000902-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Câmara Municipal de Bela Vista/MS.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na utilização das verbas repassadas para a Câmara Municipal de Bela Vista/MS.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00003668-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental ocorrido em razão do armazenamento de embalagens de agrotóxicos em local inadequado na propriedade rural denominada “Estância Hildbrand”, no Município de Terenos/MS.

10. Inquérito Civil nº 06.2019.00000958-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação de serviços de ortopedia e traumatologia pelo Município de Dois Irmãos do Buriti.

11. Inquérito Civil nº 06.2020.00000025-2

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote F3, localizado na Rua Praia de Pituba, em Campo Grande/MS, matrícula nº 200.630 no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição municipal nº 06.01.018.006-4.

Advogado: Tales Graciano Morelli, OAB/MS nº 19.868 (Esacheu Cipriano Nascimento & Associados).

12. Inquérito Civil nº 06.2020.00000437-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: ABI Associação Beneficente de Itaquiraí e Hospital São Francisco

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de prestação de serviços de exames na saúde municipal de Itaquiraí.

13. Inquérito Civil nº 06.2020.00000709-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Romildo Franco

Assunto: Apurar possível desmatamento de 114,94 hectares, sem autorização do órgão competente, ocorrido na Fazenda Tabuleiro, de propriedade de Romildo Franco, localizada na zona rural no município de Jardim/MS.

14. Inquérito Civil nº 06.2020.00001052-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: João Peres Moreno Filho

Assunto: Apurar desmatamento de 8,82 hectares em área de Savana Arborizada Florestada, na Fazenda Alto da Colina e Fazenda São José Gleba A, em Rio Negro/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 632/19/NUGeo (Programa DNA Ambiental).

15. Inquérito Civil nº 06.2021.00000795-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul



Requerido: Fernando Hayoshi

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 179,60 hectares de vegetação nativa, no período de 18/03/2016 e 22/07/2020, no interior do imóvel rural “Fazenda Piracicaba 3”, pertencente a Fernando Hayoshi, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

16. Inquérito Civil nº 06.2021.00001158-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Rafaela Conte

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 280,21 hectares de vegetação nativa, Bioma do Cerrado, na Fazenda Jauru, em Coxim-MS, fora da reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 4XC6KZEJ do IBAMA.

17. Inquérito Civil n.º 06.2022.00000161-5

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar condições de segurança do torcedor no Estádio Municipal Jacques da Luz Filho (Estádio das Moreninhas).

2.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001210-8

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Sense Industria de Bicicletas da Amazonia Ltda.

Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor Sense Industria de Bicicletas da Amazonia Ltda., a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00001125-0 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Costa Rica

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000403-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Claudio Roberto Daud

Assunto: Apurar a ocorrência de desmatamento de 446,78 hectares de vegetação nativa, fora da reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente, realizado na Fazenda São Francisco, localizada no Município de Figueirão e de propriedade de Claudio Roberto Daud.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003509-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Paulo Arantes, representado por Eleusa Arantes

Assunto: Apurar eventual dano consistente em uso incorreto/inadequado do solo e exploração de área de preservação permanente, bem como a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Fazenda Nova Estância de propriedade do espólio de Paulo Arantes, representado por Eleusa Arantes.

Advogado: Orlando Rodrigues Junior, OAB/MS nº 9.255.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000238-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Creuza Jacques Alves

Assunto: Apurar eventual desmatamento de 55,76 hectares de vegetação nativa, ocorrido entre 27/01/2017 e 15/12/2017, em área considerada como consolidada e remanescente de vegetação nativa, sem autorização da autoridade ambiental competente, na Fazenda Santa Rita, em Porto Murtinho.

**AVISO Nº 45/2022/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000384-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Eronivaldo da Silva Vasconcelos Junior - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente na emissão de cheques sem provisão de fundos, bem como após o término de seu mandato, pelo ex-prefeito do Município de Fátima do Sul, gestão 2013/2016, na qualidade de ordenador de despesas deste ente municipal. **Advogado: Fábio Carvalho Mendes, OAB/MS nº 9.298.**

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000392-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Eronivaldo da Silva Vasconcelos Junior - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa e violação à Lei de Responsabilidade Fiscal pelo ex-prefeito do Município de Fátima do Sul, tendo em vista ter contraído despesas que não foram cumpridas durante o seu mandato, bem como não ter deixado disponibilidade de caixa suficiente para adimplemento dos débitos. **Advogados: Abner Alcântara Samha Santos, OAB/MS nº 16.460 e outros (SOUZA, FERREIRA & NOVAES, Sociedade de Advogados).**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001262-2 - 11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Apurar eventual risco de afundamento de residências edificadas sobre um antigo lixão, situado no Jardim Canaã VI e adjacências, bem como eventual perigo de vazamento de gás metano (IC nº 131/2011/PJDHU/DD, migrado para o SAJMP).

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003497-1 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul. (IC nº 10/2015, migrado para o SAJMP). **Advogada: Luciana Torres Azambuja, OAB/MS nº 10.783.**

5) Inquérito Civil nº 06.2019.00001441-3 - 10ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fundação de Saúde de Dourados - FUNSAUD - Assunto: Apurar eventual falta de segurança nos hospitais que atendem pelo SUS.

6) Inquérito Civil nº 06.2019.00001533-4 - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo - Auditório Manoel de Barros - Assunto: Apurar eventual perigo aos consumidores nas dependências do Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo Auditório Manoel de Barros, tendo em vista as várias irregularidades apontadas na manifestação.

7) Inquérito Civil nº 06.2020.00000068-5 - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Dienifer Daiane Vilela Alves - Assunto: Apurar eventual dano ambiental no lote urbano situado na Estrada EW 19, Lote 05, G55, sob a inscrição imobiliária nº 23150101207.

8) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000315-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Analisar o Laudo n. 008/2019 do NUGEO/Bonito, que informou possível desmatamento de 33,56 hectares de vegetação nativa na Fazenda Coqueiro - Parte.

9) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000349-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível desmatamento realizado na propriedade de Osvaldina, supostamente cometido por uma pessoa de alcunha "Zezinho da Gruta", bem como analisar a origem de material lenhoso encontrado na residência deste último investigado.

10) Inquérito Civil nº 06.2020.00000493-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Joséfa Pereira Ribeiro, Jovelina Pereira de Souza e Laucídio Francisco Pereira - Assunto: Apurar desmatamento de 25,28 hectares em área de Savana Florestada, na Fazenda Diamante, em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 548/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **Advogado: Osvaldo Gabriel Lopes, OAB/MS nº 19.365-B.**

11) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000637-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Analisar laudo 004/2019 do NUGEO/Bonito, que informa o desmatamento de 20,64 hectares na fazenda Nossa Senhora de Fátima.

12) Inquérito Civil nº 06.2021.00000139-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Agostinho Ermoso Martins - Assunto: Apurar desmatamento de 2,91 hectares de fragmento em área de Mata Atlântica, na Fazenda São Roque, em Iguatemi/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 6BDUT643, termo de Embargo nº W8A8OVJ8 e o Relatório de Apuração de Infração Administrativa Ambiental - RAIÁ nº MS039125. **Advogada: Crislaine de Moura Pimenta, OAB/PR nº 102.943 (Advocacia & Consultoria Jurídica).**

13) Inquérito Civil nº 06.2021.00000284-3 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas -



Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Roberto Correia - Assunto: Apurar danos ao meio ambiente decorrente de desmatamento de 8,32 hectares de vegetação para conversão do uso do solo, de pastagem para lavoura.

14) Inquérito Civil nº 06.2021.00000891-5 - 17ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Corpore - Construtora e Incorporadora Ltda., Corpore Decorados - Decorados - Assunto: Apurar suposta irregularidade quanto às normas de acessibilidade no calçamento em frente ao imóvel Corpore - Decorados.

15) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000188-1 (Sigiloso) - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande. **Advogados: Murilo de Martino Mossin, OAB/SP nº 340.604 e outras.**

16) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000226-9 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda.

Campo Grande, 8 de julho de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE003016 DE 06.07.2022 DO PROCESSO 09.2022.00003624-8

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Flex Office Comércio de Produtos para Escritório Eireli.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 069/SAD/2021-1 – decorrente do Pregão Eletrônico nº 043/2021, oriundo da Secretaria de Administração e Desburocratização do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Aquisição de mobiliários de escritórios para atender as demandas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 394.925,00 (trezentos e noventa e quatro mil novecentos e vinte e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE003016 de 06.07.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.



EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 05/2022/22PJ/CGR

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 22ª Promotoria de Justiça faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 05, referente aos documentos da 22ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 22ª Promotoria de Justiça de Campo Grande até o 5º dia útil, contados a partir do dia da publicação deste edital.

Campo Grande, 08 de Julho de 2022.

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 05

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça	PROCEDÊNCIA – Promotoria de Justiça		
Órgão / Setor: 22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE	Órgão / Setor 22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe 000 – Documentos Administrativos Subclasse 004 – Livros de protocolo	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2010	Exercício 2018
Classe 200 – Documentos Administrativos Subclasse 006 – Livro de registro de processos	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2009	Exercício 2010
Classe 300 Subclasse – Livros diversos	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2006	Exercício 2015
Classe 000 Subclasse 002 – Correspondências expedidas	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2008	Exercício 2008
Classe 000 Subclasse 003 – Correspondências recebidas	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2010	Exercício 2014
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Patrícia Alves Coutinho Lacerda, Técnico I – Administrativo, Matrícula 801100-1			
Data do preenchimento: 08 de julho de 2022			

**RECOMENDAÇÃO Nº 0007/2022/50ªPJ****Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000128-1**

Recomendada: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS.

Finalidade: Adoção de providências quanto às condições higiênico-sanitárias do CPAIG e adequação a legislação sanitária vigente.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público fiscalizar a execução da pena, bem como instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, além de expedir recomendações para a tutela de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que para o exercício da função institucional do art. 129, II, a Lei nº 8.625/1995 estabelece caber ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito (art. 27, parágrafo único, IV);

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro, destacando sua acentuada utilidade para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação n. 0001/2016/CGMP/2016, de 6 de outubro de 2016, a respeito da expedição de recomendações pelos órgãos de execução no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no âmbito do procedimento administrativo, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como à defesa dos demais interesses, direitos e bens incumbidos ao *Parquet*;

CONSIDERANDO que a Carta de Brasília¹ estabelece, dentre as diretrizes referentes ao Ministério Público, *a adoção de postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto, atuação racional do mecanismo de judicialização nos casos em que a via não seja obrigatória e indispensável, devendo o membro analisar se realmente a judicialização é o caminho mais adequado e eficiente para o caso*², além do *esgotamento das alternativas de resolução extrajudicial dos conflitos, controvérsias e problemas, com o incremento da utilização dos instrumentos como a Recomendação (...)*³;

CONSIDERANDO que a administração pública tem como princípios basilares encartados no art. 37 da Constituição Federal a “legalidade” e a “eficiência”, de modo que ao Estado administrador incumbe dar efetividade a políticas públicas capazes de controlar a criminalidade, sem se olvidar da necessária estruturação e ao funcionamento do sistema carcerário como um todo, pois a legislação constitucional e infraconstitucional assim o determina;

CONSIDERANDO que compete à 50ª Promotoria de Justiça da capital, precipuamente, promover visitas e inspeções nas unidades prisionais e de segurança pública que mantenham presos em Campo Grande - MS, adotando medidas extrajudiciais e judiciais para proteção dos interesses difusos e coletivos dos presos, com o objetivo de corrigir irregularidades eventualmente detectadas nos estabelecimentos prisionais;

CONSIDERANDO ainda que as "Regras de Mandela" estabelecem, em sua Regra 42, que *"as condições gerais de vida expressas nestas Regras, incluindo aquelas relacionadas à iluminação, à ventilação, à temperatura, ao saneamento, à nutrição, à água potável, à acessibilidade a ambientes ao ar livre e ao exercício físico, à higiene pessoal, aos cuidados médicos e ao espaço pessoal adequado, devem ser aplicadas a todos os presos, sem exceção"* (grifo nosso);

¹ Acordo celebrado em 22 de setembro de 2016, na ocasião do 7º Congresso de Gestão do CNMP realizado em Brasília-DF, entre a Corregedoria Nacional e as Corregedorias Gerais dos Estados e da União, com o objetivo de modernizar o controle da atividade extrajudicial pelas Corregedorias do Ministério Público, bem como o fomento à atuação resolutiva do MP Brasileiro;

² Alínea "b", item 6;

³ Alínea "n";



CONSIDERANDO o teor do Relatório de Inspeção Circunstanciado nº 07/2022/SEFIS, de 11 de abril de 2022, encaminhado a esta 50ª Promotoria de Justiça em 12 de abril de 2022, a partir da realização de inspeção no CPAIG em 29 de março de 2022, pela Vigilância Sanitária Municipal, após solicitação de apoio desta 50ª PJ, objetivando a verificação das condições higiênico-sanitárias da unidade prisional e adequação à legislação sanitária vigente;

CONSIDERANDO ainda a Lei Complementar nº 148 de 23 de dezembro de 2009, a qual *instituiu o Código Sanitário Municipal, dispondo sobre as atribuições do poder público municipal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências*.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 50ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República/88, artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, e em razão da fiscalização e acompanhamento levados a efeito no Procedimento Administrativo n. 09.2022.00000128-1⁴, resolve RECOMENDAR à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Aud de Oliveira Chaves, em conjunto com o Diretor do CTAL, Adoventino Barbosa da Silva, que adotem providências quanto às condições higiênico-sanitárias do CTAL e adequação à legislação sanitária vigente, com as seguintes ações:

1. Pavilhões de celas:

- 1.1 Providenciar reparos e manutenções estruturais, correção de infiltrações e renovação de pintura;
- 1.2 Providenciar reparos de sistema elétrico de modo a embutir a fiação, a fim de eliminar a exposição do sistema elétrico;
- 1.3 Providenciar a reposição de pisos/azulejos faltantes e troca de danificados.

2. Cantina:

- 2.1 Reorganizar os alimentos separados por gêneros, preferencialmente em ambiente fechado, mais protegido contra o acesso de fauna sinantrópica, armazenando-se os produtos de limpeza em local distinto ou distante dos alimentos;
- 2.2 Suspender os alimentos em prateleiras revestidas de material impermeável, lavável e liso, podendo ser por meio de pintura das prateleiras com tinta que garanta essas características), de modo a favorecer a limpeza do ambiente, contribuindo na prevenção de atração de fauna sinantrópica, bem como evitando a adoção de medidas de combate mais nocivas, como a desinsetização química;
- 2.3 Armazenar alimentos com manejo rigoroso de validade, localizando os mais próximos de vencimento em posição de saída preferencial;
- 2.4 Manter os equipamentos de refrigeração e congelamento limpos, organizados e em bom estado de conservação e funcionamento;
- 2.5 Instalar o recipiente de descarte de resíduos perfurocortantes em suporte próprio, sem que tenha contato direto com a bancada/mesa ou piso, a uma altura que facilite a visualização de sua abertura superior, a fim de verificar quando alcançou o limite de segurança (2/3 da capacidade do recipiente);
- 2.6 Armazenar o recipiente de descarte de resíduos perfurocortantes em local mais seguro e distante da cantina, evitando atrair fauna sinantrópica.

3. Setor de saúde:

- 3.1 Providenciar a instalação do recipiente de descarte de resíduos perfurocortantes em suporte próprio, sem que tenha contato direto com a bancada/mesa ou piso, a uma altura que facilite a visualização da sua abertura superior, a fim de verificar quando alcançou seu limite de segurança (2/3 da capacidade do recipiente);
- 3.2 Manter frascos de medicamentos abertos em local adequado e com a devida identificação (data de abertura e validade pós-abertura, seguindo-se a recomendação do fabricante, informada na bula);
- 3.3 Manter medicamentos armazenados em condições adequadas de temperatura, umidade e luminosidade conforme recomendações do fabricante;
- 3.4 Armazenar o soro fisiológico sob refrigeração, após aberto, e descartá-lo após 24 horas;
- 3.5 Observar que todo recipiente (*sprays*, *almotolias*, *conta-gotas*, *potes*) contendo produto químico manipulado ou fracionado esteja identificado, de forma legível, por etiqueta com o nome do produto, concentração, data de envase e

⁴ "Acompanhar a realização das inspeções e projetos no CTAL em 2022".



de validade;

3.6 Observar que toda substância fracionada, armazenada fora da embalagem original seja utilizada em 7 (sete) dias, devendo ser descartada após esse período, sendo que a almotolia deverá ser higienizada antes do envase da solução;

3.7 Elaborar rotina de verificação de controle de qualidade do processo de esterilização por autoclave, realizado periodicamente (conforme orientação do fabricante da autoclave) por meio de indicador biológico ou integrador químico tipo V;

3.8 No banheiro, providenciar sabonete líquido e papel toalha não reciclado em suportes próprios, mantendo lixeira com tampa e acionamento por pedal;

3.9 Retirar do banheiro utensílios de limpeza, tais como rodo e vassoura, devendo haver local próprio para guarda desses utensílios.

4. Cozinha para preparo e manipulação de alimentos para servidores:

4.1 Providenciar a proteção das grelhas de escoamento de água, de modo a impedir a invasão de fauna sinantrópica, optando por estratégia viável que contemple a finalidade apontada, seja por meio de instalação de telhas milimetradas, ou através da instalação de tampas removíveis no momento da lavagem do ambiente.

5. Cozinha para preparo e manipulação de alimentos para detentos:

5.1 Providenciar proteção das grelhas de escoamento de água, de modo que impeça a invasão de fauna sinantrópica, valendo-se da mesma observação na cozinha dos servidores;

5.2 Providenciar manutenção do forro;

5.3 Providenciar a instalação de telas milimetradas nas janelas e exaustores;

5.4 Providenciar a manutenção da tela da porta.

Sendo assim, de acordo com o determinado no art. 1º, da Recomendação n. 0001/2016/CGMP/2016, de 6 de outubro de 2016, a respeito do prazo razoável para atendimento, aguarda-se o prazo de 15 (quinze) dias para os recomendados responderem, por escrito, sobre o atendimento ou não da presente recomendação, informando as providências implementadas ou que pretendem implementar (neste último caso, com cronograma de atividades), em caso positivo.

Os recomendados deverão providenciar, *incontinenti*, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação, conforme dispõe o art. 9º, da Resolução CNMP nº 164, de 28 de março de 2017, sem prejuízo da que deverá ser determinada por este *Parquet* no âmbito do Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul – DOMP/MS.

Campo Grande/MS, 7 de julho de 2022.

TATHIANA CORREA PEREIRA DA SILVA
Promotora de Justiça em Substituição Legal

DOURADOS

EDITAL N. 0014/2022/17PJ/DOS

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00006648-6

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): A Apurar.

Assunto: Fomentar a busca por famílias substitutas indígenas habilitadas à adoção na Comarca de Dourados/MS.

Dourados/MS, 07 de julho de 2022.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL
Promotor de Justiça



TRÊS LAGOAS

EDITAL: 0019/2022/07PJ/TLS

A 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

PP- Procedimento Preparatório 06.2022.00000654-3

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Selvíria

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação, pelo Município de Selvíria-MS, de empresas de transporte intermunicipal de pacientes SUS em situação de urgência e emergência.

Três Lagoas/MS, 06 de julho de 2022.

MOISÉS CASAROTTO

Promotor de Justiça em substituição legal

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BELA VISTA

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**Inquérito Civil 06.2019.00000384-9**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Espólio de José Atanásio Lemos Neto, representado neste ato por Luciana Branco Vieira.

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2019.00000384-9, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 42,76 hectares de floresta nativa na propriedade denominada Fazenda Ás de Ouro”.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: A COMPROMISSÁRIA, Luciana Branco Vieira, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão da supressão de 78,05 hectares de vegetação nativa, na propriedade Fazenda Ás de Ouro, localizada em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente, pela supressão indevida de 78,05 hectares de vegetação fora de área de reserva legal, na propriedade rural Fazenda Ás de Ouro, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, assume a COMPROMISSÁRIA, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), cujo pagamento se dará à vista, até o dia 15 de julho de 2022.

Parágrafo único: o valor deverá ser pago e destinado à Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil.

Bela Vista-MS, 08 de julho de 2022.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA****Inquérito Civil 06.2021.00001148-6**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Leonardo Carbonera de Santi - Fazenda Rincão

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2021.00001148-6, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “apurar dano ambiental consistente na destruição de 0,76 hectares de APP, desmatamento de 25,97 hectares de vegetação nativa, bem como desmatamento de 0,73 hectares de Área destinada à Reserva Legal, ocorridos na Fazenda Rincão, localizada em Caracol/MS”, de propriedade do senhor Leonardo Carbonera de Santi.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, Leonardo Carbonera de Santi, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão de desmatamento ilegal de 25,97 hectares de vegetação nativa, 0,76 hectares em área de preservação permanente e 0,73 hectares de área destinada à constituição de reserva legal, em sua propriedade, Fazenda Rincão, localizada em Caracol-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Para a recuperação das áreas degradadas, sendo elas, 25,97 ha de vegetação nativa, 0,76 ha de vegetação nativa localizada em área considerada de preservação permanente e 0,73 ha de área destinada à constituição de reserva legal, o compromissário, independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental, adotará as seguintes providências:

A) Realizará o aumento da área proposta para reserva legal do imóvel, no montante de 05 (cinco) hectares, além dos 20% exigidos em lei, devendo efetuar a averbação da referida área na matrícula do imóvel e no CAR da propriedade;

B) Retificará a área de reserva legal no CARMS, o que será posteriormente fiscalizado pelo Imasul.

CLÁUSULA TERCEIRA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente pela degradação de vegetação nativa, na propriedade rural Fazenda Rincão, em Caracol-MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) - cujo pagamento dar-se-á à vista, com vencimento para o dia 10 de agosto de 2022 .

PARÁGRAFO ÚNICO: o valor deverá ser pago e destinado a Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil.

Bela Vista-MS, 08 de julho de 2022.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça



ITAPORÃ

EDITAL N. 04/2022/PJ-ITP

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporã/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Stefano Gonela, n. 62, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2022.00000679-8;

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Waldir da Silva Faleiros;

Assunto: Apurar desmatamento de 5,97 hectares de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, integrante do Bioma Mata Atlântica, em área de Reserva Legal; bem como o desmatamento adicional de 3,96 hectares em área de Reserva Legal, na Fazenda Maria Julia, em Itaporã/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 34T55E10/IBAMA e Relatório de Fiscalização R6I00QO, respectivamente.

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS

Promotor de Justiça.

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PORTO MURTINHO

EDITAL N. 0032/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração do Inquérito Civil, abaixo especificado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Rua 13 de Maio, 444, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2022.00000622-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira

Assunto: Apurar as irregularidades apontadas pelo Relatório - SISAU n. 241, referente à auditoria de apuração de denúncia realizada no Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira, neste município.

Porto Murtinho, 06/07/2022

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça Substituta